

Acerca das políticas públicas para juventude no Brasil hoje, o que é mais importante considerar?

Flávio Sofiati – Políticas públicas para a juventude é um tema muito recente no Brasil. A ONU e a Organização Ibero-Americana da Juventude vêm discutindo há alguns anos. Mas o Brasil só inseriu o assunto na agenda a partir do final dos anos 90, especificamente a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, quando teve início o Projeto Nacional de Políticas Públicas para a Juventude, que foi tocado adiante no primeiro mandato do governo Lula. No início dos anos 2000 de fato uma política nacional de juventude começou a ser pensada.

Paulo Winícius – Entendemos que hoje a juventude não é atendida por políticas públicas como deveria ser. Índices de violência revelam que somos os mais atingidos pelo tráfico de drogas. Acima de tudo há uma criminalização da juventude pobre, que não tem acesso a educação, saúde, assistência social. Falta, por parte do poder público, um diálogo maior, inclusive com setores organizados da juventude.

Everaldo de Sousa – Na verdade, temos algumas disposições legais que traçam políticas em prol da juventude. O desafio maior é transformar essas disposições em medidas práticas realmente efetivas. No Ministério Público, temos um núcleo específico, coordenado por mim, que busca a implementação dessas políticas, pois enxergamos um abismo muito grande entre as proposições e aquilo que efetivamente é aplicado. A municipalização do atendimento à criança e à juventude transfere essas responsabilidades para uma esfera que, infelizmente, não está aparelhada de modo adequado para o desenvolvimento dessas políticas. A desigualdade social aliada a outros fatores fazem com que haja uma necessidade de intervenção específica do Estado em algumas questões, que, infelizmente, não tem dado uma resposta adequada. No entanto, existem muitas proposições, leis que tratam do assunto.

Qual a avaliação dessa situação do jovem brasileiro?

Miriam Fábria – A situação da juventude no Brasil de hoje é polêmica e tem impulsionado muitas discussões. Os colegas já sinalizaram alguns problemas enfrentados por causa da ausência de políticas efetivas para a juventude em relação à educação, à formação para o mercado de trabalho, além da garantia de emprego e renda que permitam condições de vida digna para a juventude. Há uma lacuna deixada pelo Estado no que tange a elementos essenciais para a garantia de uma vida digna e, consequentemente, de formação dessa juventude, considerando a cidadania e uma atuação mais efetiva no cotidiano do país. São questões neurálgicas da situação da juventude no Brasil atual e temos de enfrentá-las.

Paulo Winícius – Defendemos uma educação popular, porque o processo educacional tem de fazer sentido para o jovem quanto à sua emancipação. Ele não vai para um lugar aprender a ler e escrever, se não achar que aquilo faz sentido para ele. Ele está vendo muitos colegas que têm diploma de ensino médio e continuam desempregados. Outra questão importante é que vivenciamos uma política de extermínio da juventude pobre. No começo do ano, tivemos um índice alarmante de mortes nos bairros da periferia por causa do uso e do tráfico de crack. A maioria composta por jovens de periferia, negros e pobres. Como vamos tratar esse problema? Há investimento na saúde preventiva, na assistência social, para dar perspectiva a esses jovens? Ou a saída será exterminar todos os usuários de crack? Os programas de governo serão inviáveis enquanto não for prioridade o desenvolvimento visando ao ser humano.

Flávio Sofiati – Paulo Winícius evidencia um problema importante que é o extermínio dos jovens pobres na periferia. Estatísticas mostram que o Brasil já está sofrendo com o déficit de homens jovens entre 18 e 24 anos. São estatísticas vistas apenas em sociedades em guerra. É um ponto que temos de levar em consideração. O jovem é vítima da violência e tem sido exterminado nas periferias.

Miriam Fábria – Em Goiânia, temos um índice alarmante de extermínio de jovens. E, em certa medida, um silêncio. E também a culpabilização do jovem, que é o mais gra-

Políticas para a juventude ainda são um desafio

O Brasil é, ainda hoje, um país composto majoritariamente por jovens. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são mais de 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos e, de acordo com especialistas, essa é a parcela da população mais vulnerável quanto a problemas como violência, uso e tráfico de drogas e exclusão social. Apesar dessa realidade, a formulação de políticas públicas específicas para a juventude parece ainda não haver entrado de fato na agenda governamental.

A fim de discutir o assunto, convidamos para a mesa-redonda promovida pelo **Jornal UFG** e **Rádio Universitária**: o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público, promotor Everaldo Sebastião de Sousa; o professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, Flávio Munhoz Sofiati; a diretora do Centro Integrado de Aprendizado em Rede da UFG, Miriam Fábria Alves, e o estudante Paulo Winícius Teixeira de Paula, representando o Diretório Central dos Estudantes (DCE).



Paulo Winícius



Flávio Sofiati



Miriam Fábria



Everaldo de Sousa

ve. É como se o jovem, vítima nesse processo violentíssimo, fosse culpado por ser assassinado pelos grupos de extermínio, pela polícia. Como vamos pressionar o Estado para que tenhamos minimamente garantia de uma escola de qualidade, uma escola atrativa, em que ele possa ter a sensibilidade da escola, da compreensão e uma formação que faça a interface entre a educação e o mundo do trabalho? Não estou nem falando de emprego, pois não adianta a escola prometer emprego. As promessas da modernidade estão furadas. E o caso do extermínio de jovens precisa ser resolvido agora. Isso nos convida para que tenhamos uma presença mais significativa nesse debate sobre as políticas para a juventude.

Como se situa, nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

Everaldo de Sousa – Na verdade, o Estatuto está inserido nesse contexto de forma muito positiva. Temos quase duas décadas de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. É uma das leis mais avançadas do mundo, que busca a suplementação de políticas públicas e garantia dos direitos. Hoje já se discute até modificação de algumas normas. Eu ousaria dizer que sequer 10% do que é ali previsto, em termos de direitos e de garantias, são efetivamente implementados pelo Estado. Infelizmente, o que acompanhamos no que concerne ao desenvolvimento dessas políticas é uma total desarticulação dos municípios, uma total falta de compromisso em sua implementação. O Ministério Público, nesse contexto, assume o compromisso de ingressar com medidas judiciais em busca da efetivação daquilo que deveria ser cumprido voluntariamente pelos gestores. Criamos normas no sentido de implementar aquilo que é natural e aquilo que a Constituição já prevê. Mas assim ainda é positivo, porque são mais disposições jurídicas nas quais podemos nos embasar para buscar a efetivação desses direitos. Será satisfatório sabermos que, num futuro próximo, haverá a previsão legal suficiente para dizer: "Olha, se o cobertor é curto e não dá para atender tudo, vamos atender aquilo que é prioridade". E a prioridade é a criança, o adolescente, a juventude. É democratizar essas oportunidades que o país hoje, certamente, pode oferecer a todos os seus habitantes.

Na visão do jovem, o que é mais importante se buscar?

Paulo Winícius – Precisamos que o Estado dê conta de suas responsabilidades constitucionais naquilo que atinge diretamente os jovens, como, por exemplo, o direito à educação, à saúde. O poder público tem de pensar políticas de juventude a partir dos movimentos organizados, que apontam uma série de demandas. Recentemente o município de Goiânia cortou 5% da verba para

a educação. Estamos falando do investimento na formação de jovens. Há muito tempo temos reivindicado o passe-livre estudantil, ou seja, o direito de o estudante ir à universidade, à sua escola, ao cinema. Isso é um incentivo, uma política pública de juventude. Hoje temos as cotas sociais, adotadas pela UFG inclusive, e que geram ainda um grande debate. O DCE é a favor da manutenção das cotas sociais. É uma forma de inserção do jovem pobre, que está na periferia e precisa, de políticas de um Estado voltado para o seu bem-estar.

Qual o grande desafio da juventude brasileira hoje?

Flávio Sofiati – O grande desafio é convencer a sociedade e os governos de que o jovem não pode ser visto mais pelo senso comum, como se fosse um problema. A juventude em geral responde aquilo que a sociedade pensa dela. O grande desafio é tentar enfrentar o pensamento de que a juventude é um problema, porque isso se reflete na elaboração das políticas públicas. Muitas vezes acabam surgindo projetos e programas pontuais e isolados que não se efetivam como políticas públicas de governo, pois não pensam de fato esse indivíduo social e portador de direitos. Então, evidentemente, o que se vê na sociedade brasileira é um indivíduo que atinge a maioria legal sem as condições básicas de exercer seus deveres porque os seus direitos não foram garantidos. E esse é um grande problema, porque temos o ECA, que de fato representa um grande avanço e cuja principal contribuição foi proporcionar a mudança de concepção: não ver a criança e o adolescente como menores e sim como sujeitos com direitos. Mas o ECA não abarca a juventude, atinge apenas até os 18 anos. O grande desafio também é pensar um Estatuto da Juventude, no qual os jovens sejam de fato inseridos num conjunto legal de leis que garantam políticas eficientes para que eles sejam integrados à sociedade. As estatísticas mostram que, dos projetos e programas municipais, estaduais ou federais, apenas 3.9% são destinados aos jovens de 18 a 24 anos. É pouco para uma juventude que, infelizmente, necessita muito do Estado para ser inserida nesse processo. O jovem negro da periferia, por exemplo, ainda hoje é um ser invisível. A sociedade hoje tem exigido muito dessa juventude, mas não tem dado as condições necessárias de garantia da cidadania e esse talvez seja o grande desafio da juventude brasileira.

Miriam Fábria – Concorde e acrescente outro elemento. Além de pensarmos a juventude

como problema, outra barreira é compreender que a juventude tem missão de futuro. É como se o tempo da juventude fosse inteiramente voltado para o futuro. É como se o tempo de ser jovem fosse um tempo que apenas preparasse o futuro. Temos feito discussões de que isso não é verdadeiro. Se pensarmos as diferentes camadas da sociedade brasileira, apenas para uma pequena camada média pode até ser verdadeiro um tempo em que o jovem se dedica aos estudos em um colégio particular, é mantido pelos pais na universidade. Mas não é a regra para a maioria da juventude brasileira. Os jovens pobres, da periferia, da zona rural, das pequenas cidades brasileiras são pressionados a buscar a sobrevivência. Então, a garantia de seus direitos fica inteiramente comprometida. É direito fundamental o acesso ao ensino fundamental, ao ensino médio e à educação superior. Vemos, cada vez mais, o declínio de matrículas no ensino médio e o número de jovens na universidade, pela média da população, é ainda muito pequeno. Não

É interessante, para além das políticas públicas de juventude pensadas somente sob a lógica do Estado, pensar a temática da juventude como um todo.

conseguimos alcançar o índice previsto pelo Plano Nacional de Educação estipulado há 10 anos. Isso quer dizer que existe uma população jovem privada do direito à formação. Como é que esses jovens vão exercer plenamente o direito ao emprego, à renda, à cidadania, à constituição familiar, se desde cedo estão apenas tentando sobreviver? Todos os dias observamos os reflexos disso: a quantidade de jovens envolvidos com a criminalidade, submetidos a um emprego informal ou subemprego. E esses jovens são cada vez mais vítimas da violência, morrendo cada vez mais cedo. Estamos discutindo com a Casa da Juventude Padre Burnier uma pesquisa sobre rede de proteção aos jovens. O Estado dá cobertura apenas a determinados aspectos e deixa outros totalmente descobertos. Temos a necessidade de um Estado mais atuante, não com projetos e programas, mas com políticas contínuas. Não adianta um projeto de governo. Este muda em quatro anos, daí vem outro, pensa diferente, começa outra coisa. A sociedade, em todos os segmentos, tem de pressionar o Estado. É preciso uma articulação cada vez maior dos movimentos de

juventude, das universidades, para unir esforços nessa direção, a fim de que haja, de fato, uma pressão sobre o Estado para que este cumpra o seu dever de garantir os direitos dos jovens.

Paulo Winícius – É interessante, para além das políticas públicas de juventude pensadas somente sob a lógica do Estado, pensar a temática da juventude como um todo. É importante pensar no medo como a sociedade chega ao jovem, bombardeia-o. Essa sociedade consumista, capitalista, que fala para o jovem que ele só será feliz se tiver aquele tênis ou aquela roupa, a menina só será feliz se tiver aquele corpo e o jovem só será homem na sua plenitude se tiver um carro ou determinado modelo de carro. E essa mesma sociedade que vende esse modelo de felicidade para o jovem não dá a ele acesso a isso. Como é, então, que o jovem de periferia ou trabalhador lida com isso? Muitas vezes, vai roubar, vai entrar no tráfico, vai tentar de qualquer maneira atingir esse sonho de consumo. E qual é a resposta do Estado para isso? Só repressão. É por isso que hoje os movimentos estão organizados numa lógica do presente, contrapondo-se a essa história de que a juventude é "o futuro do país". A juventude está morrendo no presente e está lutando por este presente. Recentemente grêmios estudantis e o DCE da UFG e outros movimentos pararam o Terminal da Praça da Bíblia por causa da falta de condições do transporte coletivo de Goiânia. Esses mesmos jovens pararam o trânsito na região norte da capital, junto com as associações de moradores para dizer: "Não, nós não aceitamos isso". Temos de pensar outro tipo de sociedade, em que o jovem possa ser formado na sua plenitude para a humanidade. E não ser adestrado. Não adianta ter, por exemplo, um programa que forme os jovens especificamente para trabalhar em uma indústria que se instalou aqui no estado. Não adianta. Precisamos de uma formação plena para o jovem. Se não tivermos uma preocupação com o que os jovens do movimento de reforma agrária estão dizendo, se não atentarmos para os jovens que são vítimas dos preconceitos, de etnia ou por sua orientação sexual, não adianta programas e mais programas. Vamos perpetuar essa situação de uma sociedade injusta, principalmente com o jovem pobre.